

PERTENCIMENTO RACIAL E RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS NO ESPAÇO ESCOLAR*

Nicelma Josenila Brito Soares**
Wilma de Nazaré Baía Coelho***

Resumo

Este texto objetiva analisar as relações sociais no espaço escolar a partir do pertencimento racial. Para esse intento, tecemos inicialmente algumas considerações acerca das tensões que envolvem o pertencimento racial. Como esta análise consubstancia-se em elementos observados no cotidiano de uma escola no município de Ananindeua, pertencente à região metropolitana de Belém, no estado do Pará, julgamos conveniente caracterizar os sujeitos e o *locus* da investigação, e situar o que preconizam os marcos legais para o nível de ensino, no qual se inserem em busca das aproximações e/ou distanciamentos entre as propostas oficiais e o cotidiano das escolas. Feitas tais considerações, a apresentação do perfil dos alunos que participaram da investigação objetiva oferecer elementos que permitam a percepção de como o pertencimento racial orienta a qualidade das relações que se estabelecem na escola.

Palavras-chave: Relações sociais. Educação. Relações Raciais. Discriminação racial. Preconceito.

1. PERTENCIMENTO RACIAL: POSSIBILIDADES OU IMPOSSIBILIDADES?

Os dicionários apresentam vários significados para o verbo *pertencer*, dentre os quais interessa o significado *ser parte*, do qual deriva a palavra pertencimento. Meyer (2006) destaca a importância do pertencimento como suporte dos “processos pelos quais se constroem fronteiras entre aqueles/as que pertencem e aqueles/as que não pertencem a determinados grupos/populações” (MEYER, 2006, p. 61). Além de promover as diferenciações, separações, aproximações, essas fronteiras atuam no sentido de posicionar socialmente os grupos.

Os critérios acionados para determinar o pertencimento caracterizam-se pela heterogeneidade, ambiguidade e maleabilidade (MEYER, 2006), e têm sua construção em torno de conteúdos tais como

[...] ter nascido ou ter-se casado dentro de determinados grupos ou territórios, compartilhar determinados idiomas, religiões e ‘legados culturais’, apresentar caracteres fenotípicos¹ (como cor da pele) semelhantes (MEYER, 2006, p.63).

* Este trabalho que se efetivou mediante inserção no ambiente escolar, acompanhando as atividades de adolescentes de 6 (seis) turmas de Ensino Fundamental, das quais 3 (três) pertencentes à 7ª série e 3 (três) à 8ª série, integra a dissertação de Mestrado intitulada “Relações sociais na escola: representações de alunos negros sobre as relações que estabelecem no espaço escolar”, desenvolvido sob orientação da Profª. Drª. Wilma de Nazaré Coelho. O *locus* de pesquisa foram duas escolas que oferecem Ensino Fundamental no município de Ananindeua, integrante da região metropolitana de Belém. Além da observação e grupos de discussão, foram aplicados questionários, nos quais os alunos procederam a autoclassificação de cor ou raça conforme a formulação do IBGE. A partir da composição de dois segmentos raciais - branco e negro - tecemos nossas considerações acerca das nuances das relações sociais estabelecidas pelos adolescentes negros na escola, tendo como pressuposto, seu pertencimento racial.

** Mestre em Educação pela UFPA, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais. nicelmasoares@uol.com.br

*** Doutora em Educação pela UFRN, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais. wilmacoelho@yahoo.com.br

Como tais critérios carregam um sentido que desencadeia e/ou legítimas práticas de privilegiamento, exclusão e subordinação social, seus efeitos se materializam na convivência humana ao produzir hierarquizações, que são transformadas em desigualdades. As tensões que norteiam a construção do pertencimento racial em nossa sociedade são ilustrativas desses efeitos, uma vez que se constituem em decorrência da valorização de uma única perspectiva cultural apresentada como superior, e pautada na referência aos grupos de raiz europeia (ANDRADE, 2006)². A lógica valorativa concorre de modo significativo para a “aceitação, ou não, do sentimento de pertença positiva dos afrodescendentes” (ANDRADE, 2006, p.4).

Nossa incursão sobre as relações sociais estabelecidas pelos alunos negros na escola considera a proposição de que o pertencimento não tem “significados naturais, fixados para além da eternidade, ou significados inquestionáveis porque foram ‘descobertos’ pela *Ciência*” (MEYER, 2006, p. 63). Partimos do pressuposto de que o pertencimento se constitui em um processo envolto em tensões que frequentemente geram negação ou rejeição ao sentimento de pertença ao grupo (ANDRADE, 2006). Manifestações de tal ordem também representam elemento significativo na leitura das relações sociais que os alunos negros estabelecem na escola.

2. OS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS INVESTIGADAS: IDENTIFICANDO OS ALUNOS DE ANANINDEUA

Para identificarmos os adolescentes das escolas investigadas, julgamos oportuno proceder ao levantamento de um perfil sociocultural e econômico de suas famílias, tornando-se necessária a aplicação de um questionário para esse fim.

A apresentação do perfil dos alunos será precedida por uma sucinta apresentação do município onde essa investigação foi realizada a fim de fornecer um parâmetro que aproxime o leitor do *lôcus* deste estudo.

A iniciativa nos impeliu a suceder a caracterização do *lôcus* com uma referência ao Ensino Fundamental, nível de ensino sobre o qual esta pesquisa versará, tendo em vista, antes de apresentar quem são os alunos que o compõem em Ananindeua, situar as diretrizes educacionais que definem o trabalho pedagógico junto a esses alunos.

3. SITUANDO O LÓCUS DE NOSSA INVESTIGAÇÃO

O município de Ananindeua, localizado a 19 quilômetros da capital paraense, pertencente à região metropolitana de Belém, encontra-se em processo de franca superação da atribuição de “cidade dormitório” (RIBEIRO, 2008). Tal atribuição reporta-se à década de 1960 e o final da década de 1970, por meio de um panorama no qual a cidade de Belém, ao experimentar uma produção do espaço urbano muito intensa, vivenciou um crescimento com o consequente crescimento de sua região metropolitana.

Assim, o município de Ananindeua recebeu um grande contingente populacional, em sua maioria, de baixa renda, que foi direcionado pelas políticas públicas do final da década de 1970. Em decorrência de tais políticas, nas últimas duas décadas vários efeitos mais concentrados de expansão urbana foram verificados nesse município (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2006).

Contando com um contingente populacional de aproximadamente 513.884 mil habitantes (PARÁ, 2007), segundo dados do IBGE de 2007, a expansão econômica do município tem se concentrado principalmente nas atividades industriais e de comércio de bens e serviços.

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) referentes ao estado do Pará, no ano de 2000, colocam o município em uma posição superada apenas pela capital do estado em vários indicadores³, o que concorre para que Ananindeua ocupe a segunda colocação⁴ no ranqueamento dos municípios paraenses em várias modalidades.

Os vários indicadores da expansão de Ananindeua justificariam uma incursão a fim de investigar que ações são desenvolvidas junto a essa população, que apesar de estabelecer relações comerciais, de lazer e outras com a cidade de Belém (Oliveira; Oliveira, 2006), opta por usufruir dos serviços disponibilizados no próprio município (RIBEIRO, 2008).

A expansão de Ananindeua reclama estudos que apresentem o modo de vida da população (Oliveira; Oliveira, 2006) desse município, o qual ocupa uma posição de considerável relevância no panorama do estado do Pará. Com a intenção de atender a essa demanda, este trabalho pretende fazer um enfoque no qual considere quais as configurações que assumem as práticas educacionais formais efetivadas junto à população do município de Ananindeua.

Nossa atenção voltou-se para o recorte racial em decorrência da insipiência de estudos voltados para essa temática, apesar de decorridos 9 (nove) anos da promulgação da Lei de nº 10.639/2003. Algumas produções locais voltadas para a análise da dinâmica educacional no município têm contemplado a implementação de políticas educacionais, significações atribuídas por crianças ao gênero e docência. Porém, cumpre-nos registrar a presença do recorte de interesse desse estudo em trabalhos que discutiram a identidade negra no projeto pedagógico da escola e as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar em Ananindeua⁵.

Nossa proposição adotou um enfoque sobre as relações sociais na escola tendo como elemento de análise as representações de adolescentes negros inseridos no ensino fundamental em duas escolas situadas nesse município.

4. O QUE DIZEM OS MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA OS SUJEITOS DE NOSSA INVESTIGAÇÃO

Ao eleger como sujeitos deste estudo adolescentes que estão cursando o Ensino Fundamental considera-

mos a necessidade de explicitar alguns parâmetros legalmente estabelecidos para esse nível de ensino, no intuito de perceber que projeções oficiais norteiam a ação escolarizada oferecida a estes adolescentes.

Compondo juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nomeia como Educação Básica, o Ensino Fundamental tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”⁶.

Tais finalidades evidenciam a necessidade de construção de uma educação básica voltada para a cidadania, a partir da oferta de um ensino de qualidade e norteiam os objetivos previstos para esse nível de ensino, que preconiza a formação básica do cidadão mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.⁷

Para a consecução de tais objetivos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental instituem, no seu 3º artigo, que as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas deverão ser fundamentadas nos seguintes princípios:

a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Ao propor esses princípios fundamentando as práticas pedagógicas das escolas, as Diretrizes do Ensino Fundamental propugnam uma educação comprometida

com a formação de cidadãos capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas, dando visibilidade à base ética, crítica e atenta à diversidade que objetiva consolidar essa formação.

Ressalta-se que, em referência à diversidade, o reconhecimento de identidades pessoais é uma diretriz para a Educação Nacional, que objetiva “contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã”⁸. É inerente ao referido objetivo uma proposta de educação voltada para a superação de discriminações e exclusões em múltiplos contextos e no interior das escolas, ocasionadas pelo racismo, sexismo e preconceitos originados pelas situações socioeconômicas, regionais, culturais e étnicas.

Ao definir o projeto de educação para o ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais explicitam que um “processo pedagógico se realiza por meio da relação que se estabelece entre professores e alunos e, em uma relação como essa, estão envolvidas as múltiplas dimensões que formam cada ser humano”⁹. Nesse aspecto, a proposta apresenta uma caracterização dos alunos desse nível de ensino com o intuito de subsidiar a prática docente. Assim, situa a faixa etária dos alunos (em “condições ideais”) entre 11 a 14 anos – caracterizada como pré-adolescência e adolescência – e enfatiza que, em função da acentuada defasagem entre série e idade, esse nível é frequentado também por alunos em idade mais avançada.

O documento ressalta a necessidade de entender quais as esferas da vida que se tornam significativas, bem como compreender o significado de cada uma delas na construção da auto-imagem desse aluno, demarcando a necessidade de que a escola possa ser um espaço privilegiado na construção de referências para os alunos, compreendendo “onde e como eles vêm construindo suas identidades”¹⁰.

A percepção da relevância da escola nesse processo como “uma instância privilegiada de reflexão e problematização”¹¹ remete ao processo de resgate da autoestima no que se refere ao imaginário negativo construído sobre os adolescentes e jovens, bem como do imaginário discriminatório construído em relação aos alunos negros.

A proposta de que questões sociais, como as questões referentes à discriminação, fossem tratadas metodologicamente pela transversalidade, constituiu, antes da promulgação da Lei nº 10.639/2003, o expediente adotado para o encaminhamento da questão racial no interior da escola, entretanto, apesar de evidenciar a necessidade de abordagem desse tema, os Parâmetros Curriculares apresentam lacunas na definição e criação de metodologias para o combate à discriminação (Souza, 2001), e oferecem pouca contribuição para o efetivo combate às práticas dessa natureza.

Apesar das diretrizes à educação do ensino fundamental formularem propostas de educação baseadas em princípios éticos, críticos e cidadãos, as denúncias acerca das práticas excludentes operadas no interior das escolas¹² apontam um fazer pedagógico que caminha na *contramão* de tais princípios, representando um entrave para o êxito na formação do cidadão vislumbrada pela proposta oficial.

5. PERFIL DOS ADOLESCENTES DAS ESCOLAS INVESTIGADAS EM ANANINDEUA

Apresentados o município e algumas diretrizes oficiais para o nível de ensino ao qual pertencem os alunos que se constituem sujeitos deste estudo, importa proceder a uma identificação dos adolescentes das escolas investigadas em Ananindeua.

Trabalhamos com um universo de 162 (cento e sessenta e dois) adolescentes com faixa etária compreendida entre 12 a 17 anos, como mostra o Gráfico 01, dentre os quais aproximadamente 60% pertencentes ao sexo feminino e 41% ao masculino.

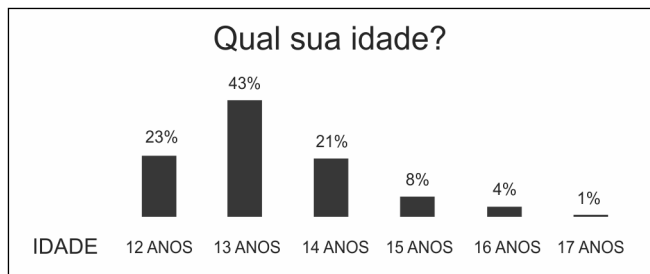


Gráfico 01 - Distribuição por idade dos alunos de 7ª e 8ª séries das escolas investigadas em Ananindeua/PA – 2009.

Fonte: Questionários aplicados pela autora aos alunos das escolas/2009.

O reduzido número de alunos nas faixas mais elevadas é justificado pela redução de alunos nas turmas de 8ª séries, compostas por aproximadamente 30% dos alunos investigados.

Os adolescentes procederam a autoclassificação por cor/raça (Gráfico 2), possibilitando-nos visualizar que a maioria de nossos sujeitos se autoclassifica como pardos (58%). A esse percentual, acresceremos, para efeito de análise, 3% de alunos que se enquadraram na opção “outros”, mas que ao serem solicitados a proceder a uma explicitação, referenciaram-se como “morena” e “morena clara”; bem como os 7% que se autoclassificaram como pretos. Dessa forma, conforme procedimentos adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a investigação deste trabalho incidirá sobre a composição de um dos segmentos raciais alvo deste enfoque: os negros, que passam a representar a partir de agora 68% dos alunos participantes deste trabalho.

Procedidas as identificações, obtivemos um universo no qual o componente racial ficou assim distribuído: 7% de alunos que se autodeclararam pretos; 58% de alunos autodeclarados pardos; 23% de alunos autodeclarados brancos; 3% autodeclarados amarelos; 5% autodeclarados indígenas; 3% declararam compor outras categorias como “morena” e “morena clara”, enquanto 1% de nossos adolescentes não procederam a autoclassificação, conforme podemos visualizar no Gráfico 2.

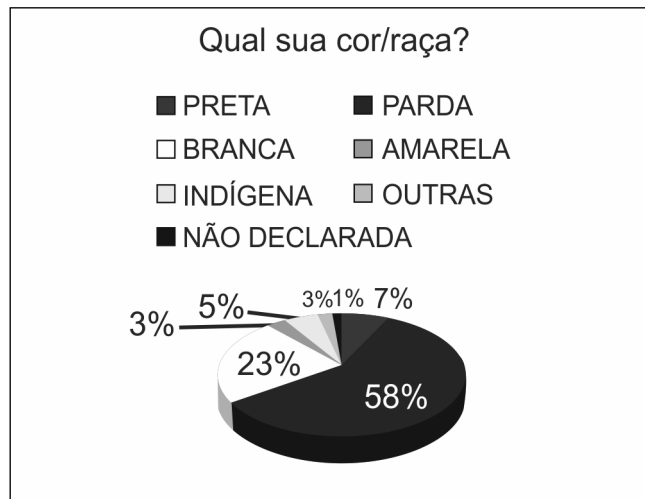


Gráfico 02 - Distribuição por cor/raça dos alunos de 7ª e 8ª séries das escolas investigadas em Ananindeua/PA – 2009.

Fonte: Questionários aplicados pela autora aos alunos das escolas/2009.

Cumprе ressaltar que a atividade de identificação do pertencimento racial por parte dos alunos se mostrou como um processo envolto em tensões (ANDRADE, 2006) e em algumas situações fez com que os alunos recorressem aos seus pares para que estes os identificassem, e em outros gerou a negação de pertencimento a determinadas categorias raciais. O burburinho que se instalava quando os alunos deparavam-se com a necessidade de se autoclassificar evidenciava os rebatimentos da participação do *outro* no processo de construção da identidade (ERIKSON, 1976).

No tocante à escolaridade dos pais ou responsáveis dos alunos das escolas investigadas, percebemos que se concentra no ensino médio, entretanto as taxas baseadas no recorte racial apresentam 42% dos pais ou responsáveis pelos alunos negros com o ensino médio completo, enquanto 43% do universo dos pais ou responsáveis de alunos brancos concluíram esse nível de ensino.

Apesar de não representar uma significativa diferença nos percentuais da escolarização das famílias, quando os números fazem referência ao acesso ao ensino superior, o gradiente de cor é responsável por um distanciamento digno

de atenção em decorrência da inserção de 19% dos pais ou responsáveis pelos adolescentes negros nesse nível de ensino para 34% dos pais dos adolescentes autodeclarados brancos.

É inevitável a articulação desse panorama com as formulações sobre o “ciclo de desvantagens” (Hasenbalg, 1992) que se ampliam a cada nova geração de negros e negras brasileiros. Desvantagens que comprometem a equanimidade na participação dos integrantes desse segmento populacional em cada estágio da “competição social” (Guimarães, 2002, p. 67) minando oportunidades na educação e no mercado de trabalho. Os desdobramentos do alijamento das condições sociais que asseguram a efetividade do princípio de que “todos são iguais” devem se constituir objeto de estudo a fim de conferir visibilidade a possíveis impactos que possam apresentar, por exemplo, na trajetória escolar dos descendentes de famílias negras.

A distribuição de renda das famílias dos adolescentes negros ilustra como esse ciclo de desvantagens os exclui das oportunidades de que sua trajetória escolar ocorra sem interrupções, posto que a assunção de responsabilidades financeiras com a família se constitui um imperativo para 40% dos adolescentes brasileiros: destes, 47% contribuem com parte de seus proventos para a renda familiar e 8% direciona a totalidade dos recursos auferidos com o trabalho remunerado ao orçamento familiar¹³.

A proporção das famílias dos adolescentes negros (Gráfico 3) cujos rendimentos situam-se majoritariamente na faixa de 1 a 3 salários mínimos (51%) dá margem à inflexão de quem são os adolescentes que geralmente abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho ou dividem sua jornada diária entre esta atividade e a escola.

Em tais circunstâncias, as expectativas de alteração no quadro de desigualdades expressas nos índices de escolarização entre brancos e negros ficam seriamente comprometidas dada a tendência de que essas desigualdades permaneçam estáveis entre gerações nas famílias negras (HENRIQUES, 2001).



Gráfico 03 - Renda familiar dos alunos das escolas investigadas em Ananindeua/PA por cor/raça - 2009.

Fonte: Questionários aplicados pela autora aos alunos das escolas/2009.

A inexistência de famílias de adolescentes negros na faixa econômica cuja renda ultrapassa 10 (dez) salários mínimos (0%), semelhante ao percentual apresentado pelas famílias indígenas, enquanto 1% das famílias dos adolescentes brancos usufruem tal condição, indica que o “retorno profissional e financeiro” (Coelho; Cabral, 2008, p. 22) para os negros não é proporcional ao investimento educacional.

No caso dos alunos investigados em Ananindeua, duas situações alimentam essa constatação. Inicialmente o fato de que, embora o percentual de pais ou responsáveis dos adolescentes negros que teve acesso ao ensino médio – nível de escolarização que concentrou a maior parte dos pais de ambos os segmentos raciais – não distanciar-se significativamente dos pais ou responsáveis dos adolescentes brancos (42% no caso dos responsáveis por adolescentes negros para 43% de responsáveis por adolescentes brancos), os rendimentos das famílias negras projeta-se inversamente proporcional ao aumento das faixas de renda: 8% situam-se entre os que possuem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos; quando há elevação para a faixa de 4 a 6 salários mínimos o percentual decresce para 4%; quando se eleva para 7 a 10 salários mínimos há um novo decréscimo, ficando em 3% até desaparecer totalmente quando trata-se de famílias que recebem acima de 10 salários mínimos, faixa na qual as famílias negras são representadas pelo percentual de 0%.

Nos demais segmentos raciais, os percentuais se apresentam estáveis: as famílias dos adolescentes indígenas não são representadas na faixa de 1 a 3 salários (0%); representam 1% dentre os que recebem de 4 a 6 salários; 1% dos que recebem de 7 a 10 salários mínimos e ficam novamente sem representação na faixa salarial acima de 10 salários. Apesar da estabilidade na renda das famílias dos adolescentes brancos com 2% nas faixas salariais mencionadas, os pais e responsáveis são os únicos representados em 1% na faixa de renda acima de 10 salários mínimos.

Outra situação a destacar refere-se ao percentual de 100% de presença de pais das famílias dos adolescentes negros compondo a categoria dos que exercem atividades profissionais científicas e tecnológicas. Os dados obtidos nos questionários dão conta também de outras atividades que requerem escolarização superior, como secretária executiva trilingue, assistente social, professores, pedagoga, odontólogo (mencionado pelo aluno como dentista) e dois engenheiros, sendo exercidas por esses pais. No entanto, o exercício de tais atividades, que constituem serviços que devem ser ocupados por profissionais detentores de formação de nível superior, não concorre para a inclusão na faixa de renda mais elevada de nenhuma das famílias dos 69% de adolescentes negros contemplados neste estudo.

O quadro emoldurado pela desigualdade social ganha as cores das formulações que demarcam a experiência dos adolescentes negros. As infiltrações desse panorama nas subjetividades dos alunos assumem contornos bem nítidos na experiência de suas relações sociais.

Provenientes das famílias cujos pais ou responsáveis, apesar de possuírem e/ou exercerem – mesmo que em percentuais mínimos – atividades profissionais que requeiram formação de nível superior, são os que estão situados nas faixas salariais mais baixas. Nesse contexto, os adolescentes negros das escolas investigadas em Ananindeua precisam desenvolver a resiliência (Nadal, 2007) para superar os efeitos das adversidades às quais estão submetidos, e criar mecanismos que assegurem sua permanência na escola a

despeito das construções sociais de caráter racista e discriminatório que podem comprometer tal empreendimento.

As internalizações (Vygotsky, 1991) decorrentes das formulações que permeiam sua experiência, as concepções socialmente instituídas acerca do *ser negro* em nossa sociedade, a cultura racista praticada à moda brasileira e o quadro de desigualdades que se impõem a esses adolescentes representam um desafio a ser superado cotidianamente nas relações sociais que estabelecem na escola.

A professora orienta os alunos para que se organizem em pequenos grupos para executar a atividade. O grupo próximo a mim é organizado por uma aluna que o divide em dois subgrupos com dois integrantes cada, deixando um colega alheio às atividades. Assumindo uma liderança autoatribuída, ela cobra incisivamente de uma colega negra a atividade a ser realizada com a parceira que designara. Diante da cobrança, a adolescente negra posiciona-se com firmeza e expõe os encaminhamentos que definiram para a atividade (Diário de Campo, Escola A, 8ª série, 13/04/2009).

Superar os impactos dos discursos sociais nas subjetividades representa um desafio que alguns adolescentes negros não se furtam em enfrentar na efetividade de suas relações sociais; entretanto, esse compromisso se constitui uma obrigação a ser assumida não apenas por eles, mas pela cultura, pelo sistema político, pela família e pela escola.

A construção de relações sociais no espaço escolar, além de oferecer considerável suporte para a permanência na escola, constitui um dos elementos que possibilitaria mobilizar benefícios para os adolescentes negros em sua trajetória.

BELONGING TO A RACE AND SOCIAL RELATIONS AT SCHOOL

Abstract

This paper aims to analyze the social relations within the school from belonging to a race. For this purpose, we make some initial comments about the tensions involving racial belonging.

This analysis substantiates elements observed in the daily life of a school in the city of Ananindeua, part of the metropolitan region of Belém, in the state of Para. Thus, we believe we should characterize the subjects and the locus of research, and place the legal frameworks that are concerned for education level, which fall in search of approaches and / or distances between the official proposals and daily life of schools. After making these considerations, the presentation of the profile of the students who participated in the research aims to offer elements that can be perceived how the belonging to a race guides the quality of the relationships established at school.

Keywords: Social relations. Education. Race Relations. Racial discrimination. Prejudice.

NOTAS

- 1 Fenótipo: “A aparência visível ou mensurável de um organismo quanto a um ou mais traços [...]. A aparência externa dos humanos quanto à cor da pele, tipo de cabelo, estrutura óssea, etc.”. Cf. CASHMORE, Ellis (et al.). *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- 2 O estudo de Andrade (2006) procedeu à investigação sobre as influências do ensino de História na construção do pertencimento etnicoracial, situando os enfoques acerca do elemento negro na sociedade brasileira a partir de uma base ideológica que desfavorece a aceitação do pertencimento étnico para os alunos desse segmento.
- 3 Os indicadores apresentam o município de Ananindeua em considerável proximidade com a capital do Estado: seu índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M – é de 0,782 para 0,806 em Belém; sua renda *per capita* é de 187,794, enquanto em Belém é de 313,927; a taxa bruta de frequência escolar é de 0,847 para 0,885 em Belém; taxa de alfabetização de adultos de 0,946 para 0,950 em Belém e o índice de educação de 0,913 para 0,928 em Belém.
- 4 Fonte: ONU/2000.
- 5 Constituem exemplos de recentes produções locais voltadas para a dimensão educacional neste município: AZEVEDO, Ana D’Arc Martins de. *Interfaces entre identidade negra e projeto pedagógico em uma escola pública de Ananindeua (PA)*. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007 (que analisou como a identidade negra se manifesta no projeto pedagógico da escola); CHARONE, Tatiana do Socorro Pacheco. *Significados e sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do ensino fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008 (cujo trabalho investigou os significados e sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do Ensino Fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência); FARIAS, Maria Celeste Gomes

de. *O CME do município de Ananindeua na construção da política educacional: a busca pela participação social*. 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008 (que analisou o processo de participação social no Conselho Municipal de Educação de Ananindeua); PAZ, Vanilson Oliveira. *O Município e a organização da educação: caminhos e desafios da criação e implantação do sistema municipal de ensino de Ananindeua-Pa*. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009 (que perscrutou a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino. Santos) e SANTOS, Raquel Amorim dos. *[In] visibilidade negra: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA)*. 2009.182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009 (que analisou as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental no município).

- 6 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. art. 22.
- 7 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. art. 32.
- 8 Resolução CEB nº 2 / 1998, art. 3º, III.
- 9 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 103.
- 10 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- 11 *Id. Ibid.*
- 12 Ver CAVALLEIRO, Eliane. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2000; *idem*. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: *Idem*. (Org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. p. 141 – 160; *idem*. Discriminação racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65 – 104; COELHO, Wilma de Nazaré Baia. *Um estudo sobre as memórias de professores negros, formados no estado do Pará entre as décadas de 1970 e 1980*. In: 26ª Reunião da ANPED, 2003, Poços de Caldas. Novo Governo. Novas Políticas? Poços de Caldas/MG: Anped, 2003. v. 1; *idem*. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores*. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza; Belém: Editora Unama, 2009; SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais, 1995; *idem*. Ideologia do embranquecimento na Educação brasileira e proposta de reversão. In: MUNANGA, Kabengele. (ORG). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996; *idem*. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001; *idem*. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

- 13 UNICEF, AYRTON SENNA, ITAÚ SOCIAL. Adolescentes e Jovens do Brasil: Participação Social e Política. 2007. <Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>>. Acesso em: 10 de ago.2009.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paulo Sérgio de. Pertencimento Etnicorracial e ensino de História. 2006. 167p. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2006.
- AZEVEDO, Ana D’Arc Martins de. Interfaces entre identidade negra e projeto pedagógico em uma escola pública de Ananindeua (PA). 2007. 111f. *Dissertação*. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Sociais e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEE, 1998.
- CASHMORE, Ellis (et al.). *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____, Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____, (Org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- _____, Discriminação racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- CHARONE, Tatiana do Socorro Pacheco. *Significados e sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do ensino fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência*. 2008. 152 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *Um estudo sobre as memórias de professores negros, formados no Estado do Pará entre as décadas de 1970 e 1980*. In: 26ª Reunião da ANPED, 2003, Poços de Caldas. Novo Governo. Novas Políticas? Poços de Caldas/MG: Anped, 2003. V. 1.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; CABRAL, Rebeca. Relações sociais no “paraíso racial”: considerações iniciais sobre um mito. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cesar (Org.). *Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza; Belém: Ed. Unama, 2009.
- ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FARIAS, Maria Celeste Gomes de. *O CME do município de Ananindeua na construção da política educacional: a busca pela participação social*. 2008. 232 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Vale. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf>. Acesso em: 11 de ago.2009.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como anjo... In GOMES, Nilma Lino & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs.) *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- NADAL, Carla Marlise Silva. *A resiliência ao longo da vida de afro-descendentes*. 2007. 169p. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, 2007.
- OLIVEIRA Raphael S.; OLIVEIRA Janete Marília Gentil Coimbra. Expansão da área metropolitana de Belém-Pa: uma análise da verticalização no município de Ananindeua. In: VIII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E IV ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO. Paraíba: Universidade do Vale do Paraíba, 2006.
- PARÁ, Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças/ Diretoria de Estudos, Pesquisas e Informações Socioeconômicas Gerência de Base de Dados Estatísticos do Estado. *Estatística Municipal – Ananindeua*, 2007.

PAZ, Vanilson Oliveira. *O Município e a organização da educação: caminhos e desafios da criação e implantação do sistema municipal de ensino de Ananindeua-PA*. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

RIBEIRO, Flávia. Ananindeua, município que trabalha para crescer. *Diário do Pará*. 3 jan. 2006. Disponível em <<http://www.diariodopara.com.br/>>. Acesso em: 24 de set. 2008.

SANTOS, Raquel Amorim dos. [In] visibilidade negra: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA). 2009. 182f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, 1995.

_____, Ideologia do embranquecimento na educação brasileira e proposta de reversão. In MUNANGA, Kabengele. (Org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____, *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____, A desconstrução da discriminação no livro didático. In MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUSA, Elizabeth Fernandes. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/bpp>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

Enviado em 02 de abril de 2010
Aprovado em 03 de maio de 2010